



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 6/XIV/ 2.^a SL

Visita de Trabalho de uma delegação ao Espaço Equiparado ao Centro de Instalação Temporária do Aeroporto de Lisboa

**14H15 - Saída da Assembleia da República (Parque lateral);
15H00 - Chegada /Visita ao Espaço Equiparado ao Centro de Instalação Temporária do Aeroporto de Lisboa;
17H30 - Regresso (previsto) à Assembleia da República.**

Pelas 15 horas do dia 6 de outubro de 2020, uma delegação da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias (CACDLG) foi recebida no Espaço Equiparado a Centro de Instalação Temporária do Aeroporto de Lisboa (EECIT) pelo Senhor Ministro da Administração Interna, Eduardo Cabrita, pela Senhora Diretora Nacional do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), Cristina Gatões, e pela Senhora Inspetora-Geral da Administração Interna, Anabela Cabral Ferreira.

A delegação da CACDLG era constituída pelo seu Presidente, Senhor Deputado Luís Marques Guedes (PSD), e pelas Senhoras e Senhores Deputados Paulo Porto (PS), Romualda Fernandes (PS), Isabel Rodrigues (PS), Mónica Quintela (PSD), Sara Madruga da Costa (PSD) Beatriz Gomes Dias (BE), António Filipe (PCP) e Nelson Silva (PAN).

Após a receção, o Senhor Ministro da Administração Interna agradeceu a presença da delegação CACDLG e referiu que a visita desta ao EECIT ocorria na sequência do convite por si formulado em audição anterior na Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, no final da anterior sessão legislativa, na qual tinha abordado o encerramento e as profundas obras de remodelação do EECIT. Recordou que o espaço onde estava instalado o EECIT tinha limitações decorrentes da sua localização e que no futuro aeroporto complementar do Montijo as questões relativas à segurança e à intervenção do SEF deveriam ser acauteladas. Sublinhou que anteriormente naquele espaço conviviam pessoas com estatutos jurídicos diferentes, designadamente requentes de asilo ou proteção internacional, cidadãos estrangeiros a quem fora recusada a entrada em território nacional e pessoas que tinham recebido ordem judicial de expulsão do país, facto que



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 6/XIV/ 2.^a SL

conduzira à sobrelotação do espaço. Mencionou que, na sequência da trágica morte de um cidadão que aí se encontrava à guarda do SEF, o EECIT foi encerrado e foram efetuadas obras de remodelação do espaço. Deu também nota da melhoria da articulação entre a Provedoria de Justiça, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e a Inspeção Geral da Administração Interna, bem como da existência de um projeto de protocolo a celebrar com a Ordem dos Advogados para a concessão de apoio jurídico a quem esteja alojado no EECIT, o qual permitiria também não sujeitar os advogados às regras especiais de circulação naquele Espaço. Terminou a sua intervenção salientando a redução do número de voos e passageiros que se vinha verificando em virtude da pandemia covid-19.

Seguidamente, usou da palavra a Senhora Diretora Nacional do SEF, que cumprimentou o Senhor Ministro da Administração Interna, a delegação da CACDLG e a Senhora Inspetora-Geral da Administração Interna, e começou por dizer que o SEF era responsável pela gestão dos espaços equiparados a centros de instalação temporária que existiam nos aeroportos, mas que estes espaços pertenciam à sociedade gestora dos aeroportos. Prosseguiu a sua intervenção, referindo que não tinha sido possível ampliar o EECIT do Aeroporto de Lisboa e que este fora concebido para acolher cidadãos a quem tinha sido recusada a entrada em território nacional e por períodos de tempo relativamente curtos, até embarcarem de regresso ao país de origem. Reiterou que, tal como afirmara o Senhor Ministro da Administração Interna, anteriormente os EECIT acolhiam pessoas com estatutos jurídicos diferentes, nomeadamente cidadãos a quem tinha sido recusada a entrada em território nacional e cidadãos com processos de expulsão. Recordou que a intervenção naquele EECIT ocorreu na sequência da trágica morte de um cidadão que se encontrava à guarda do SEF e que aquele deveria ser um espaço de respeito pelos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos ali alojados temporariamente. Sublinhou que a intervenção que ocorreu no EECIT tinha como objetivo evitar a ocorrência de situações semelhantes à que despoletou mudanças naquele espaço e que, para a planificação das alterações introduzidas no EECIT, foi criado um grupo de trabalho com especialistas de várias áreas. Referiu que tais alterações resultaram num aumento dos níveis de segurança e vigilância das instalações. Realçou que os requerentes de asilo e as crianças não eram alojados naquelas instalações. No caso de recusa de entrada em território



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 6/XIV/ 2.^a SL

nacional de alguma criança, a situação era acompanhada pelo Ministério Público e pela Comissão de Proteção das Crianças e Jovens. A Senhora Diretora Nacional do SEF realçou também que as novas instalações possuíam quartos individuais e estavam divididas em duas alas, uma para homens e outra para senhoras. A renovação das instalações permitiu a criação de um “quarto família” e um espaço de culto.

O Senhor Presidente da Comissão questionou se uma família que incluísse uma criança ficaria ali alojada, tendo a Senhora Diretora Nacional do SEF respondido que esse agregado familiar não ficaria ali alojado, exceto se tal fosse considerado melhor para proteção da criança, sublinhando, contudo, que tal decisão não era competência do SEF.

A Senhora Diretora Nacional do SEF referiu que estava a ser criada na área internacional do aeroporto uma zona para acolher pessoas a quem fora recusada a entrada, mas que não representassem qualquer tipo de risco.

A Deputada Beatriz Gomes Dias (BE) questionou a Senhora Diretora Nacional do SEF sobre quem suportava os custos associados à recusa de entrada dos cidadãos estrangeiros, tendo a Senhora Diretora referido que o custo de alojamento no EECIT ou na zona internacional, *vouchers* ou outros eram suportados pelas companhias aéreas.

A Senhora Deputada Beatriz Gomes Dias (BE) questionou ainda se as mulheres grávidas também ficavam alojadas naquele espaço, tendo a Senhora Diretora Nacional do SEF respondido afirmativamente, salientado que aquela entidade incrementou a parceria com os Médicos do Mundo que prestavam assistência presencial 3 vezes por semana e respondiam à chamada, quando se verificasse que era necessário prestar assistência a um cidadão que ali se encontrasse alojado. Mencionou que os cuidados prestados pelos Médicos do Mundo incluíam assistência psicológica e cuidados de enfermagem.

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 6/XIV/ 2.^a SL

A Senhora Deputada Isabel Rodrigues (PS) questionou se o Estado acautelou junto da Sociedade que detém o aeroporto a possibilidade de criação de um espaço adicional para alojamento de cidadãos, que se revelasse necessário em virtude do exercício da função de soberania de controlo de entradas em território nacional, tendo o Senhor Ministro da Administração Interna respondido que em função da redução dos cidadãos cujo estatuto jurídico permitia o alojamento no EECIT, potencialmente existiriam menos pessoas a ser alojadas naquele EECIT, e que não existia a possibilidade de criação de um espaço adicional destinado a esta finalidade no Aeroporto de Lisboa.

A Senhora Deputada Romualda Fernandes (PS) questionou sobre o ponto de situação da construção do novo Centro de Instalação Temporária (CIT) de Almoçagem, no concelho de Sintra, anunciado, há vários anos, tendo a Senhora Diretora respondido que o atraso no processo de construção deste Centro foi alvo de várias vicissitudes legais e administrativas, designadamente providências cautelares para evitar que a obra se prosseguisse para esse fim, que levaram à suspensão das suas obras.

Seguidamente, teve início a visita às instalações, guiada pela Senhora Diretora Nacional do SEF, tendo a delegação da CACDLG sido dividida em dois grupos¹, que visitaram separadamente as instalações. Durante a visita às instalações do EECIT, a Senhora Diretora Nacional do SEF, para além de explicar as especificidades dos equipamentos/funcionalidades instaladas, deu nota da preocupação de humanização daquele EECIT, através de da criação de um espaço de culto, do “espaço família” e realçou igualmente que as entradas e saídas naquele EECIT passaram a ser controladas informaticamente.

A Senhora Diretora Nacional do SEF realçou que o EECIT iria dispor de um mediador cultural, que também poderia programar atividades lúdicas.

¹ A delegação da CACDLG efetuou a visita às instalações do EECIT em dois grupos distintos: um grupo constituído pelas Senhoras e Senhores Deputados Luís Marques Guedes (PSD), Mónica Quintela (PSD), Isabel Rodrigues (PS), Beatriz Gomes Dias (BE) e António Filipe (PCP) e outro grupo constituído pelos Senhoras e Senhores Deputados Paulo Porto (PS), Romualda Fernandes (PS), Sara Madruga da Costa (PSD) e Nelson Silva (PAN).



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 6/XIV/ 2.^a SL

Informou igualmente que a utilização de internet era restrita aos quartos e não aos espaços comuns e com as mesmas regras de utilização da internet do aeroporto e que era fornecido um cartão aos cidadãos ali alojados para que pudessem estabelecer comunicações com os familiares. Realçou também que o tempo médio de permanência no EECIT estava reduzido a 2 ou 3 dias e que o protocolo que iria ser celebrado com a Ordem dos Advogados permitiria aos cidadãos ali alojados terem acesso a apoio judiciário numa sala específica para esse efeito.

Foi também salientado que os seguranças que exerciam funções naquele EECIT tiveram formação na área de direitos, liberdades e garantias e que existia uma equipa de onze inspetores do SEF dedicada à gestão do EECIT. Deu ainda nota que todos os cidadãos ali instalados recebiam um folheto, que continha os respetivos direitos, deveres e uma lista de contactos úteis, estando este traduzido em várias línguas.

A Senhora Diretora Nacional do SEF esclareceu igualmente que o EECIT se encontrava equipado com videovigilância nas partes comuns e os quartos tinham um “botão de pânico”.

No decurso da visita às instalações, o Senhor Presidente da Comissão questionou qual o número máximo de pessoas que tinham estado alojadas naquele EECIT desde a reabertura, tendo a Senhora Diretora Nacional do SEF respondido que desde 1 de agosto tinham estado, no máximo, alojadas simultaneamente naquele espaço 6 pessoas, mas que, anteriormente, tinham estado alojadas simultaneamente cerca de 100 pessoas.

A Senhora Deputada Beatriz Gomes Dias (BE) questionou se tinha sido ponderada hipótese de sobrelotação do EECIT e que medidas poderiam ser adotadas nesse caso, tendo a Senhora Diretora Nacional do SEF respondido que nessas situações os cidadãos a quem fora recusada a entrada em territorial nacional seriam realojados nos EECIT do Aeroporto do Porto ou do Aeroporto de Faro.

O Senhor Presidente da Comissão questionou se a capacidade dos outros EECIT existentes era menor, tendo a Senhora Diretora Nacional do SEF respondido que a



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 6/XIV/ 2.^a SL

capacidade dos outros EECIT era menor, mas que estavam, todavia, previstas intervenções nesses espaços de forma semelhante ao que ocorreu no EECIT do Aeroporto de Lisboa.

A Senhora Deputada Isabel Rodrigues (PS) questionou se o Aeroporto de Ponta Delgada tinha um EECIT, tendo a Senhora Diretora Nacional respondido que os cidadãos a quem era recusada entrada naquele aeroporto eram reencaminhados para Lisboa, ficando instalados no EECIT do Aeroporto de Lisboa enquanto aguardavam voo de regresso à origem.

A Senhora Diretora Nacional do SEF mencionou também que estavam a ser estudadas possibilidades de introduzir melhorias no EECIT para benefício de quem ali ficava alojado, mas também para abrir o espaço ao controlo e verificação de entidades externas, como, por exemplo, a Ordem dos Advogados e os Médicos do Mundo.

Neste ponto, o Senhor Presidente da Comissão questionou se as entidades potencialmente parceiras do SEF já conheciam o EECIT, tendo a Senhora Diretora Nacional do SEF respondido que os Médicos do Mundo, a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo e a Provedoria de Justiça já tinham visitado aquele EECIT.

Todos as Senhoras e Senhores Deputadas e Deputados colocaram variadas questões ao senhor Ministro e aos responsáveis do EECIT, que foram sendo respondidas.

A delegação da CACDLG agradeceu a disponibilidade do Senhor Ministro da Administração Interna e da Senhora Diretora Nacional do SEF para darem a conhecer o EECIT, tendo estes agradecido a presença da delegação da CACDLG.

A visita terminou às 16 horas e 20 minutos.

Palácio de São Bento, 6 de outubro de 2020



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 6/XIV/ 2.^a SL

O Presidente da Comissão

(Luís Marques Guedes)



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 6/XIV/ 2.^a SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Filipe
Isabel Rodrigues
Luís Marques Guedes
Mónica Quintela
Romualda Fernandes
Sara Madruga da Costa
Beatriz Gomes Dias
Nelson Basílio Silva
Paulo Porto

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: